



HTB Engenharia e Construção S.A. - CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balancos Patrimoniais			P ASS I V O		
	ATIVO	2021	2020	2021	2020	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.606	13.662	14	30.218	40.822
Aplicações financeiras - vinculadas	5	40.067	43.351	15	15.159	34.609
Contas a receber de clientes	6	102.334	89.344	16	5.630	152
Impostos a compensar	7	290	951	17	4.318	4.352
Outros créditos	9	9.249	8.942	18	14.323	12.870
Credito com partes relacionadas	10	-	13	19	5.459	8.322
Total do ativo circulante		155.546	156.263	21	1.522	3.018
Não circulante				20	3.546	4.198
Realizável a longo prazo					196	188
Depósitos judiciais	19	5.679	6.472	Total do passivo circulante	85.073	108.531
Outras contas a receber	11	375	13.681	Não circulante		
Crédito com partes relacionadas	10	1.626	8.664	Provisões gerais	19	9.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	24.634	23.698	Passivo de arrendamento	20	8.152
		32.314	52.515	Outras contas a pagar		121
Investimentos		230	230	Total do passivo não circulante		17.800
Imobilizado	12	15.957	13.366	Patrimônio líquido		
Intangível	13	993	1.027	Capital social	22a	60.483
Total do ativo não circulante		49.494	67.138	Adiantamento para futuro aumento de capital	22d	-
Total do ativo		205.040	223.401	Reserva de lucros		41.684
				Total do patrimônio líquido		102.167
				Total do passivo e patrimônio líquido		205.040

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Reserva de lucros		Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Adto futuro aumento capital			
Saldos em 1º de janeiro de 2020		54.138	2.459	4.973	-	101.090
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	22d	-	3.886	-	-	3.886
Aumento de Capital - AGOE 24 de agosto de 2020	22a	1.695	(1.695)	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(2.480)	(2.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		55.833	4.650	4.973	(2.480)	102.496
Aumento de Capital - AGOE 30 de abril de 2021	22a	4.650	(4.650)	-	-	-
Amortização do prejuízo com parte da reserva de lucros		-	-	-	(2.480)	2.480
Distribuição de dividendos	22b	-	-	-	(7.411)	(7.411)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.082	7.082
Reserva de lucros		-	-	354	(7.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		60.483	-	4.973	-	102.167

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HTB Engenharia e Construção S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22/08/1966 domiciliada no Brasil, com sede à Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 145, Vila Cruzeiro, São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividades operacionais preponderantes o gerenciamento e a execução de obras ligadas ao ramo da engenharia e construção civil, atuando predominantemente como construtora nos mercados de edificações, industrial e de infraestrutura.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** **2.1.1. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 8 de março de 2022. **2.1.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** disponibilidade de lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa nº 12 - Determinação da vida útil do imobilizado;** e **• Nota explicativa nº 19 - Reconhecimento e mensuração de provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.** O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir destas estimativas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Receita de contratos de construções: A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. **Contratos firmados como Preço Máximo Garantido ("PMG") e Contratos por Empreitada:** A receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos ("POC"). Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. **Contratos em Regime de Administração:** Para os contratos nos quais a Companhia é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou remuneração fixa determinada, a receita é reconhecida com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras. A Companhia atua como agente nos contratos e portanto reconhece como receita também a contraprestação não monetária relativa ao custo de obra (materiais e serviços subcontratados) faturados e pagos diretamente pelo cliente. **Contratos de Serviços de Gerenciamento:** As receitas de serviços são reconhecidas pelas medições dos serviços prestados. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entre a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados", com contrapartida na rubrica do "Passivo". Os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços são registrados no balanço patrimonial como passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no serviço executado por obra, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". Tal conclusão foi obtida através da análise dos contratos de construção em andamento, assim como os procedimentos atuais executados para o reconhecimento de receita. **3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos. São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos impactos nas perdas estimadas futuras de crédito. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de impairment em 2021 e 2020. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são calculadas nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1)/IAS 17): Esse pronunciamento eliminou a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 01/01/2019. Além disso a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento. **Identificação de Arrendamento:** Na celebração de contrato, a Companhia deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Essa avaliação foi dividida em etapas, tais como: **• Levantamento dos contratos;** **• Abordagem de transição;** **• Mensuração do passivo inicial e ativo inicial;** e **• Impactos na adoção inicial.** A contabilidade da arrendado-ria permanece semelhante à norma atual, ou seja, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. **3.4. Intangível: Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada do ativo intangível, a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos dos ativos são calculadas nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente. **3.5. Provisões gerais:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para garantia:** As garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens de construção e são prestadas por períodos que variam até 5 anos após a conclusão da obra. Os cálculos são efetuados com base na análise dos custos incorridos comparados à produção total das obras com período de garantia encerrado. Dessa forma, foram definidos percentuais para cada setor e segmento de atuação da Companhia, aplicados sobre a produção total das obras concluídas e em andamento, como estimativa de gastos com reparos e manutenções a incorrer. **Provisão para contratos onerosos:** Com base na margem orçada, evolução das obras em seus respectivos tipos de contratos, a Companhia compara as receitas recebidas e esperadas com os custos incorridos e a incorrer. Seguindo os critérios descritos é constituída a conta provisão no passivo, essa abrange itens como custos com fornecedores e mão-de-obra. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado e para o valor integral da perda prevista para completar o contrato. Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. Antes de a provisão ser constituída, é reconhecida qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre os ativos relacionados com aquele contrato. **3.6. Consórcios:** As participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e têm suas receitas, custos e despesas reconhecidas linha a linha nas contas da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio. A Companhia participa em três consórcios: Consórcio HTBM (onde atua como líder) é uma obra realizada no aeroporto de Porto Alegre - RS, onde detém 30%. Os demais participantes são: Construtora Tedesco Ltda. (empresa interligada) com 20% e Construtora Barbosa Mello S.A. com 50%. Consórcio HTB PIACENTINI - Porto de Itaquí, uma obra realizada no Porto de Itaquí, onde atua como líder e detém 50%, tendo como parceira a empresa Piacentini do Brasil Construções Ltda. com 50% de participação. Consórcio HTB/FBS - Ferrovia, uma obra de duplicação ferroviária, entre os Pátios de Cordeirópolis e Rio Claro, onde atua como líder e detém 50%, tendo como parceira a empresa FBS Construção Civil e Pavimentação S.A. com 50% de participação. **3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **• Obrigações legais** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a constitucionalidade de tributos. **3.8. Benefícios a diretores e funcionários:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **• Previdência privada:** a Companhia não mantém planos de previdência privada aos seus empregados. **• Participação nos resultados:** a Companhia possui programa de participação nos resultados conforme acordo coletivo com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil São Paulo. **• Outros benefícios:** são concedidos aos funcionários, tais como: auxílio-médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, treinamentos entre outros. **3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afete nem a contabilidade tão pouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11. Instru-**

Demonstrações de Resultados			
	Nota	2021	2020
Receita de contratos de construções	23	555.678	531.135
Custos de contratos de construções	24	(498.151)	(481.406)
Lucro bruto		57.527	49.729
Despesas administrativas e gerais	25	(47.175)	(51.498)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(73)	119
Lucro (Prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		10.279	(1.650)
Receitas financeiras	26	2.705	2.933
Despesas financeiras	26a	(4.892)	(3.763)
Resultado financeiro líquido		(2.187)	(830)
Lucro (Prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		8.092	(2.480)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8b	(1.948)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8b	938	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		7.082	(2.480)

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.082	(2.480)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.082	(2.480)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.092	(2.480)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	36.277	79.821
Depreciações e amortizações	5.687	5.378
(Perda) Ganho na venda de ativo imobilizado	73	(119)
(Reverso) Constituição líquida de provisão para garantia	1.400	-
Constituição líquida de provisão para contingências	4.078	214
(Reverso) Constituição líquida de outras contingências e contratos onerosos	22.859	75.164
Receita de juros provisionados empresa do grupo	(163)	(404)
Despesas com juros de empréstimo	2.343	575
Recuperação de Despesas	-	(987)
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes (Aumento) redução nos ativos	(40.951)	(100.895)
Contas a receber de clientes	316	(8.793)
Impostos a compensar	661	740
Outros créditos	(307)	1.744
Depósitos judiciais	793	286
Aumento (redução) nos passivos	(19.450)	23.559
Fornecedores e subempreiteiros	5.478	(39.578)
Adiantamento de clientes	(34)	475
Impostos e contribuições a recolher	1.453	1.288
Obrigações trabalhistas e sociais	3.242	(404)
Outras contas a pagar	(1.496)	(473)
Obrigações Consórcio	(1.947)	(1.174)
Imposto de renda e contribuição social pagas	(29.660)	(79.565)
Provisões gerais pagas	-	-
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	3.418	(23.554)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.451)	(4.794)
Mútuo com empresas do grupo	7.051	(2.601)
(Aumento) redução das aplicações vinculadas - circulante e não circulante	3.284	(1.121)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	134	232
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de investimentos	5.436	(31.838)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Mútuo com empresas do grupo	4.866	2.219
Empréstimos bancários	(12.947)	24.946
Distribuição de lucros	(7.411)	-
Caixa líquido gerados pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos	(15.492)	27.165
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.056)	(4.673)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.662	18.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.606	13.661
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.056)	(4.673)

mentos financeiros: (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequentes:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2021 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros:** **• Ativos financeiros registrados a VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **• Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: **• empréstimos e recebíveis;** **• ativos financeiros mantidos até o vencimento;** e **• ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** A Companhia mensurou os ativos financeiros da seguinte forma: **• Empréstimos e recebíveis -** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **• Ativos financeiros mantidos até o vencimento -** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **• Ativos financeiros a VJR -** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.12. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo**



HTB Engenharia e Construção S.A. - CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

vida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Durante os exercícios de 2021 e 2020, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: As emissões, alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

Norma	Descrição	Vigência
IAS 1 Classificação de passivos como Circulante ou não circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de Passivo Circulante ou Passivo não Circulante.	01/01/2023
IFRS 1/IFRS 9/IFRS 16/IAS 41	Melhorias anuais nas normas.	01/01/2022
IAS 16 - Imobilizado	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar em condições de uso.	01/01/2022
IAS 37 - Contrato oneroso	Esclarece aspectos a serem considerados para classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso.	01/01/2022
IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual	Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS.	01/01/2022
IAS 1 - Divulgação de práticas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 8 - Definição de estimativas contábeis.	Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis.	01/01/2023

3.14. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota explicativa nº 27a. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

	2021	2020
Caixa e bancos	2.092	7.978
Aplicações financeiras	1.514	5.684
Total	3.606	13.662

A abertura dos saldos de aplicações financeiras segregado em cada instituição financeira é demonstrado a seguir:

	2021	2020
Banco Safra S.A.	-	2.529
Banco Itaú S.A.	1.514	2.000
Banco Bradesco S.A.	-	1.155
Total	1.514	5.684

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, corrigidos, em média, por 96 % (96% em 2020) da variação mensal do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são representadas por operações compromissadas a debêntures, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

	2021	2020
Aplicações financeiras vinculadas - Banco do Brasil S.A.	40.067	43.351
Garantia consignada (a)	-	-
Total	40.067	43.351

(a) **Garantia consignada** - empréstimos no exterior em nome da ZECH Group GmbH, com vencimento em 2022.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2021	2020
Contas a receber de clientes	22.994	25.004
Faturas a receber	-	-
Ativos de contratos	78.453	51.704
Serviços executados a faturar	787	887
Retenções contratuais	564	12.076
Contratos de construção em andamento	102.334	89.671
Subtotal	102.334	89.671
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(464)	(327)
Total	102.334	89.344

A composição dos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentado conforme segue:

	2021	2020
A vencer	100.754	84.823
Vencido de 1 a 30 dias	342	2.919
Vencido de 31 a 60 dias	4	111
Vencido de 61 a 90 dias	433	-
Vencido acima de 90 dias	801	1.491
Total	102.334	89.344

Adiantamentos para os quais o trabalho relacionado não foi iniciado, são apresentados como Adiantamentos de clientes na nota explicativa nº 16. A Companhia possui como prática avaliar periodicamente possíveis clientes em que seja necessária uma constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7. IMPOSTOS A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Antecipação do imposto de renda	127	738
Antecipação da contribuição social	76	172
Crédito de INSS	16	41
Crédito de PIS e Cofins	71	-
Total	290	951

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. De acordo com o CPC 32, a

Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurou os créditos tributários sobre diferenças temporárias ativas e prejuízos fiscais acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	2020
Sobre diferenças temporárias	6.175	6.984
Provisão para garantia	1.450	1.339
Provisão processos civis	1.681	766
Provisão processos trabalhistas	660	1.188
Provisão para perdas	157	110
Provisão aviso prévio Art. 22	1.289	1.328
Provisão processos tributários	35	35
Provisão para custos a incorrer	903	2.218
Total	18.459	16.714

Sobre prejuízos fiscais:

	2021	2020
Total	24.634	23.698

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 89.290 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 92.049 em 2020), sendo reconhecidos parcialmente créditos tributários no montante de R\$ 18.459 em 31 de dezembro de 2021 levando-se em consideração a realização desses tributos, a partir de projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas e aprovadas pela Administração com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social com base em lucros projetados nos exercícios subsequentes.

b. Conciliação da taxa efetiva:

	2021	2020
Lucro Antes da Tributação	8.092	(2.480)
I - Valor base IRPJ e CSLL	(2.751)	-
Alíquotas Nominais (15% IRPJ, 10% Adic., 9% CSLL)	(2.751)	-
II - Efeitos das (adições) e exclusões	(354)	-
III - IRPJ/CSLL Ajustado	(3.105)	-
IV - Deduções	1.157	-
IRPJ/CSLL sobre compensação de prejuízos de exercícios anteriores	939	-
PAT/Licença Maternidade	218	-
V - Composição IRPJ/CSLL Correntes	(1.948)	-
IRPJ/CSLL Correntes	(1.948)	-
VI - IRPJ e CSLL Diferidos	938	-
Efeitos do IRPJ e CSLL ao resultado (V + VI)	(1.010)	-

9. OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Valores a reembolsar de clientes (a)	4.893	4.227
Seguros a apropriar	536	771
Reembolso de despesas (NDs)	969	740
Adiantamento a fornecedores	1.199	719
Despesas antecipadas	490	556
Antecipação de dividendos	490	490
Créditos com empregados	193	416
Contratos de aluguel	33	149
Outros	446	874
Total	9.249	8.942

(a) Valores a receber dos consórcios Porto de Itaipu - HTBP e Ferrovia Rumo - HTBS.

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. A Companhia reconheceu como remuneração do pessoal-chave da administração no ano de 2021 o montante de R\$ 6.583 (R\$ 6.440 em 2020). O pessoal-chave da administração é composto por pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, representados pelos administradores desta Companhia. **a. Partes relacionadas - ativo circulante e resultado do exercício:**

	2021	2020
Transações efetuadas com partes relacionadas	83	80
Empréstimo concedido	-	-
PW Construções Ltda. (I)	-	339
Empréstimo concedido - SAPOTEC Sul Soluções Ambientais (II)	-	1.287
Total	-	1.626

	2021	2020
Transações efetuadas com partes relacionadas	404	347
Serviços compartilhados	-	-
HTB Construções Ltda. (III)	13	-
Empréstimo concedido	-	-
PW Construções Ltda. (I)	-	7.421
Empréstimo concedido - SAPOTEC Sul Soluções Ambientais (II)	-	1.244
Total	13	8.664

(I) Valor de R\$ 7.421 quitado em Abril/2021 e celebrado novo contrato de mútuo para a PW Construções Ltda. com remessas em Junho R\$ 670; Julho R\$ 201; Agosto R\$ 27, ocorrendo a amortização parcial em Dezembro no valor de R\$ 600. O montante cedido é remunerado a taxa de 100% de CDI mais 2% ao ano. Conforme a geração de caixa na PW, esses valores serão quitados. (II) Valor referente ao empréstimo para a SAPOTEC Sul Soluções Ambientais em 2017 e 2018, ocorrendo amortização parcial do juros em Janeiro/2020 e Outubro/2021. O contrato tem vencimento em 30/11/2024, sendo remunerado a taxa de 100% de CDI mais 2% ao ano. (III) Valor refere-se a cobrança de despesas administrativas compartilhadas entre a HTB Engenharia e a HTB Construções Ltda/ Construtora Tedesco.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Contas a receber de clientes (b)	-	11.660
Venda de imobilizado (a)	-	1.046
Teatro Cultura Artística	375	975
Total	375	13.681

(a) Valor transferido para o curto prazo com previsão de recebimento para 2022. (b) Valor foi reconhecido para perda no resultado durante o exercício corrente.

12. IMOBILIZADO

	2021	2020
Terrenos	20	20
Edifícios	4	5,582
Máquinas e equipamentos	10	267
Móveis e utensílios	10	1,462
Equipamentos de informática	20	3,550
Arrendamentos - Direito de uso	25	24,360
Total	35.241	(19.284)
Depreciação acumulada	15.957	13.366

	2021	2020
Custo	27.574	8.451
Terrenos	20	-
Edifícios	5.523	59
Máquinas e equipamentos	591	-
Móveis e utensílios	1.462	-
Equipamentos de informática	3.428	582
Arrendamentos - Direito de uso	16.550	7.810
Total	27.574	8.451
Depreciação	27.574	(783)
Edifícios	(2.385)	(517)
Máquinas e equipamentos	(292)	(46)
Móveis e utensílios	(741)	(137)
Equipamentos de informática	(2.512)	(395)
Arrendamentos - Direito de uso	(8.278)	(4.558)
Total	(14.208)	(5.653)
Saldo líquido	13.366	2.798

	2021	2020
Custo	27.574	8.451
Terrenos	20	-
Edifícios	5.507	15
Máquinas e equipamentos	1.177	-
Móveis e utensílios	1.451	11
Equipamentos de informática	3.844	617
Arrendamentos - Direito de uso	16.550	-
Total	28.549	644
Depreciação	1.020	(1.193)
Edifícios	(1.870)	(515)
Máquinas e equipamentos	(756)	(67)
Móveis e utensílios	(601)	(140)
Equipamentos de informática	(3.016)	(473)
Arrendamentos - Direito de uso	(4.138)	(4.137)
Total	(10.381)	(5.332)
Saldo líquido	18.168	(4.689)

13. INTANGÍVEL

	2021	2020
Software	7	41
Gastos pré operacionais (a)	-	986
Total	993	1.027

(a) Trata-se de um projeto que a Companhia está desenvolvendo, no qual um novo modelo de construção com madeira engenheirada, com material mais leve, construção mais rápida e com resistência. Todo custo relacionado está sendo ativado ao projeto por já ser considerado em fase de desenvolvimento.

Movimentações do intangível em 2021:

	2021	2020
Custo	3.683	-
Software	3.683	-
Total	3.683	-
Amortização	(3.683)	(3.683)
Software	(3.683)	(3.683)
Total	(3.683)	(3.683)
Saldos líquidos	-	8

Movimentações do intangível em 2020:

	2021	2020
Custo	3.684	(1)
Software	3.684	-
Total	3.684	(1)
Amortização	(3.599)	(45)
Software	(3.599)	(45)
Total	(3.599)	(45)
Saldo líquido	85	(45)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia contratou empréstimo junto as instituições financeiras no montante de R\$ 30.000, na modalidade de capital de giro, sujeito a juros de 100% da variação do CDI, e mais taxa efetiva.

	2021	2020
Instituição financeira	15.085	12.603
Banco do Brasil	15.085	12.603
Banco Bradesco	-	10.031
Banco Bradesco	-	4.920
Santander	-	3.736
Banco ABC	-	15.133
Saldo	30.218	31.290



HTB Engenharia e Construção S.A. - CNPJ nº 61.037.537/0001-10

A seguir apresentamos a composição do endividamento por vencimento:

Descrição	2022	2023	Total
Arrendamento a pagar	3.546	8.152	11.698

21. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Conta corrente com Consórcios:	2021	2020
Adiantamentos HTBM	287	-
Adiantamentos HTB/Piacentini	25	1.122
Adiantamentos FBS/HTB	1.207	1.896
Adiantamentos HTB/FBS Ferrovia/ Rumo	3	-
Total	1.522	3.018

O saldo da conta refere-se a adiantamentos recebidos dos Consórcios HTBM, FBS/HTB e HTB/Piacentini, conforme nota 3.6.

b. Empresas partes ligadas:

	2021	2020
Reembolso de Despesas	18	-
Operação de mútuo - Construtora Tedesco	4.684	-
Total	4.702	-

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** O capital social, no montante de 60.483 em 31 de dezembro de 2021, pertence aos acionistas residentes no país, é composto de 94.612 ações ordinárias nominativas, em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Quantidade de ações	% de participação	Capital social
HTB Participações Ltda.	94.611	99,99	60.482	94.611	99,99	55.832
Detlef Dralle	1	0,01	1	1	0,01	1
Total	94.612	100,00	60.483	94.612	100,00	55.833

Em 30 de abril de 2021 houve aumento de capital, sem emissão de novas ações, no valor de R\$ 4.650, integralizado em moeda corrente nacional mediante aproveitamento do saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social de R\$ 55.833 para R\$ 60.483. Em 24 de agosto de 2020 houve aumento de capital, sem emissão de novas ações, no valor de R\$ 1.695, integralizado em moeda corrente nacional mediante aproveitamento do saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social de R\$ 54.138 para R\$ 55.833. b. **Distribuição de lucros:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido apurado. Foi deliberado pela diretoria manter 100% do lucro originado em 2021 em reserva de lucro para expansão. Em 08 de abril de 2021 foi aprovado a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7.411, com a reserva de lucros para expansão apurados no Balanço Patrimonial de 31/12/2020. c. **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76.

23. RECEITA DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

A Companhia gera receita relacionada a contratos de prestação de serviços de construção civil. A receita líquida está apresentada pela receita bruta derivada das prestações de serviços, deduzida dos impostos:

	2021	2020
Receita bruta de contratos de construção e serviços	588.655	564.756
Impostos sobre vendas	(32.977)	(33.621)
Total	555.678	531.135

24. CUSTOS DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

	2021	2020
Prestadores de serviços	(258.807)	(160.550)
Perda obra REC Sapucaí (a)	-	(20.000)
Pessoal	(120.752)	(101.515)
Materiais	(54.025)	(70.658)
Equipamentos	(22.861)	(40.662)
Gastos com viagens	(14.420)	(11.477)
Provisão para garantia	(1.494)	-
Provisão para perda (vide nota explicativa nº 11)	(11.797)	(327)
Provisão de custos a incorrer	(13.995)	(76.217)
Total	(498.151)	(481.406)

(a) Refere-se a um Contrato de Construção por Administração com Preço Máximo Garantido (PMG) firmado em 21/01/2013. O cliente REC Sapucaí S.A. iniciou o procedimento arbitral alegando que, tanto a data de entrega definitiva, quanto o PMG não foram cumpridos pela Companhia. Em 2019, a Companhia realizou pagamento de adiantamento de R\$ 15.000 para viabilizar o encerramento do procedimento arbitral (foi registrado no ativo). O passivo correspondente foi provisionado em aproximadamente R\$ 9.356 antes de 2019 e R\$ 5.644 em 2019. Em 2020, a Companhia encerrou o litígio por meio de um acordo e este gerou um pagamento adicional de R\$ 20.000, reconhecido no resultado do exercício. Assim, a perda total foi de R\$ 35.000 (sendo R\$ 15.000 registrados em exercícios anteriores e R\$ 20.000 registrado no resultado 2020).

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2021	2020
Pessoal	(31.786)	(33.109)
Prestadores de serviços	(8.067)	(11.353)
Locação de imóveis	(28)	(185)
Depreciação e amortização	(5.686)	(5.377)
Viagens	(427)	(501)
Telefone	(220)	(193)
Outros	(961)	(780)
Total	(47.175)	(51.498)

26. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimento com aplicações financeiras	2.326	2.127
Juros recebidos de partes relacionadas	164	404
Juros recebidos - Consórcio FBS	-	195
Varição cambial ativa	3	7
Varição monetária ativa	71	46
Outros	141	154
Total	2.705	2.933

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Despesas financeiras	2021	2020
Despesas com fianças bancárias	(361)	(255)
Juros	(3.066)	(2.607)
Descontos concedidos	(158)	(19)
IOF	(744)	(224)
Outras	(142)	(306)
Juros sobre arrendamento	(108)	(117)
Varição monetária passiva	(313)	(235)
Total	(4.892)	(3.763)

Resultado Financeiro

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Ativo:** Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; e Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos. **Passivo:** Nível 1 - É baseado na abordagem de mercado, considerando os contratos cotados no mercado secundário. Nível 2 - São baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros.

	Nota explicativa	Valor Contábil		Valor Justo	
		amortizado	resultado	Nível 1	Nível 2
Instrumento Financeiro					
31 de dezembro de 2021					
Ativos Financeiros					
Caixa equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	4	2.092	-	-	2.092
Aplicação financeiras	4	-	1.514	1.514	-
Aplicação financeiras	5	-	40.067	40.067	-
Contas a receber de clientes	6	102.334	-	-	102.334
		104.426	41.581	41.581	146.007
Passivos Financeiros					
Empréstimos bancários	14	30.218	-	-	30.218
Fornecedores e subempreiteiros	15	15.159	-	-	15.159
Adiantamento de Clientes	16	5.629	-	-	5.629
Outras contas a pagar	-	344	-	-	344
		51.350	-	-	51.350
		Valor Contábil	Valor Justo		

	Nota explicativa	Valor		Valor Justo	
		amortizado	resultado	Nível 1	Nível 2
Instrumento Financeiro					
31 de dezembro de 2020					
Ativos Financeiros					
Caixa equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	4	7.978	-	-	7.978
Aplicação financeiras	4	-	5.684	5.684	-
Aplicação financeiras	5	-	43.351	43.351	-
Contas a receber de clientes	6	89.344	-	-	89.344
		97.322	49.035	49.035	146.357
Passivos Financeiros					
Empréstimos bancários	14	40.822	-	-	40.822
Fornecedores e subempreiteiros	15	34.609	-	-	34.609
Adiantamento de Clientes	16	152	-	-	152
Outras contas a pagar	-	190	-	-	190
		75.773	-	-	75.773

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. b. **Gerenciamento dos riscos financeiros: Estrutura de gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: (i) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 3.606 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.662 em 2020). A Companhia opera somente com instituições financeiras de primeira linha e com instrumentos financeiros de baixo risco e com liquidez imediata. **Contas a receber de clientes:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais. **Avaliação da perda esperada de crédito:** Um resumo da exposição da Companhia ao risco de crédito de ativos de contrato é apresentado abaixo:

	2021	2021
	Sem problema de recuperação	Com problemas de recuperação
Em milhares de reais		
Contas a receber de clientes	102.334	464

A Companhia constitui uma provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A composição dos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentado conforme segue:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da HTB Engenharia e Construção S.A. São Paulo - SP: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da HTB Engenharia e Construção S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HTB Engenharia e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

	2021	2020
A vencer	100.754	84.823
Vencido de 1 a 30 dias	342	2.919
Vencido de 31 a 60 dias	4	111
Vencido de 61 a 90 dias	433	-
Vencido acima de 90 dias	801	1.491
Total	102.334	89.344

(ii) **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Empréstimos bancários	30.218	30.218	-
Fornecedores e subempreiteiros	15.159	15.159	-
Adiantamentos de clientes	5.629	5.629	-
Outras contas a pagar	121	-	121
	51.127	51.006	121
Em 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Empréstimos bancários	40.822	40.822	-
Fornecedores e subempreiteiros	34.609	34.609	-
Adiantamentos de clientes	152	152	-
Outras contas a pagar	190	-	190
	75.773	75.583	190

Os fluxos de entradas/saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 14, a Companhia tem empréstimos bancários com garantias que contêm cláusula contratual restritiva *covenant*. O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. (iii) **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (iv) **Risco cambial:** Considerado praticamente nulo, em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, na essência, tampouco dependência significativa de materiais importados na atividade operacional. (v) **Risco de taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentariam as despesas financeiras relativas a passivos captados no mercado. A Companhia não pactua contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de taxa de juros, todavia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Exposição à taxa CDI:

	2021	2020
Ativo		
CDB	41.581	49.035
Passivo		
Empréstimos bancários	30.218	40.822
Exposição líquida	11.363	8.213

(vi) **Análise de sensibilidade:** Análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia, bem como de suas aplicações financeiras.

Operação	Montantes	Risco	Provável i	Possível ii	Remoto iii
Empréstimos sujeito à variação do CDI	30.218	Alta do CDI	(1.330)	(1.662)	(1.994)
Aplicações sujeitas à variação do CDI	41.581	Baixa do CDI	1.830	2.287	2.744
Indexador CDI	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
	2,20%	3,30%	4,40%	5,50%	6,60%

(i) Juros calculados com base na previsão futura do CDI taxas referenciais BM&F - Ibovespa; (ii) Juros calculados considerando um incremento ou decréscimo de 25% na variação do CDI; (iii) Juros calculados considerando um incremento ou decréscimo de 50% na variação do CDI.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contrata seguros em todas suas obras, garantindo a segurança e transparência na execução dos serviços prestados. Adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Renovação dos empréstimos: Os empréstimos reconhecidos no passivo circulante na data de 31 de dezembro de 2021 foram renovados em fevereiro de 2022 por mais um ano, tendo seus vencimentos postergados para o exercício de 2023. O valor da aplicação colateral reconhecida no ativo circulante foi renovado em fevereiro de 2022 por mais um ano, tendo seu vencimento postergado para o exercício de 2023.

Diretoria	Contador
Detlef Dralle Diretor Presidente	Claudinei Fontes Pereira CRC 1SP151352/O-2

São Paulo, 08 de março de 2022

Fernando Radaich de Medeiros - Contador
CRC 1SP-217.532/O-6